

Fronteiras entre narrativas: história e ficção

Frontiers between narratives: history and fiction

Fronteras entre narrativas: historia y ficción

Fernanda Aquino Sylvestre (UFU)¹
 fernandasyl@uol.com.br
 Regina Nascimento Silva (UFU)²
 reginaproexufu@gmail.com

Resumo

A relação entre literatura e história é uma questão que remonta a Platão e Aristóteles. Na atualidade, a discussão sobre a relação entre arte e ciência, fato e ficção, verdade e verossimilhança, realidade e ficcionalidade que se impôs desde os gregos não foi abandonada. Sobre essas oposições é que se assenta na atualidade o debate entre literatura e história, sendo este um ponto relevante a qualquer poética do pós-modernismo. Neste ensaio, buscamos discorrer sobre as relações possíveis entre ficção e história e as fronteiras que cercam esta discussão, candente nas duas áreas, considerando fronteira não como o ponto onde algo termina, mas como o ponto de partida do qual algo começa a fazer-se presente. Compreendemos que a fronteira entre elas é, na atualidade, muito tênue, sem limite definido, decorrente também da mobilidade de termos como verdade, fato, ficção. Não se trata de tomar uma pela outra de forma incontestada, mas reconhecer a possibilidade de um diálogo que não negligencie as posturas epistemológicas de uma ou de outra.

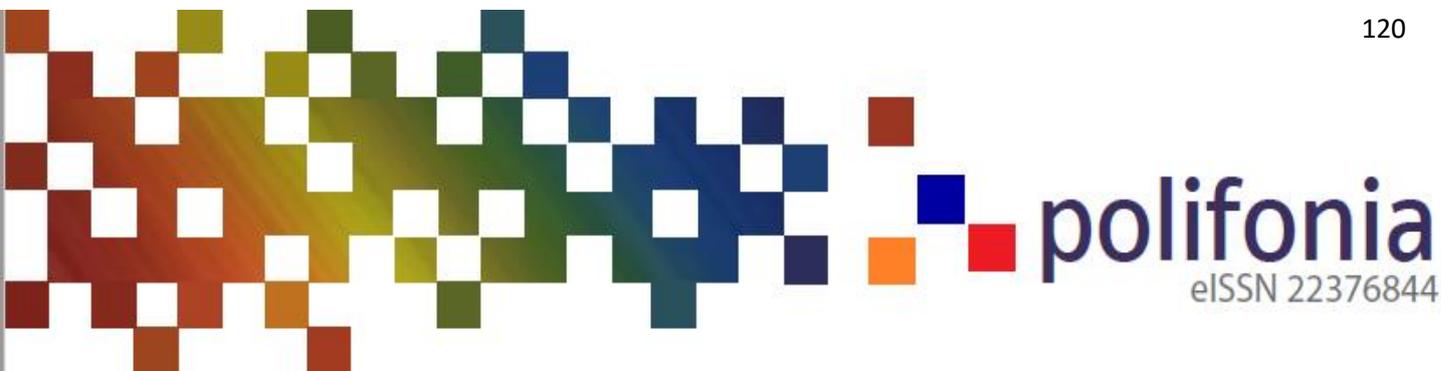
Palavras-chave: história, ficção, poética do pós-moderno.

Abstract

The relation between literature and history is a matter that goes back to Plato and Aristotle. In current days, the discussion about the relation between science and art, fact and fiction, truth and verisimilitude, reality and fictionality, which was posed since the Greek, has not been abandoned. The debates between literature and history lie in these oppositions, being a relevant point to any post-modern poetics. In this essay, we aim to discuss about the possible relations between fiction and history and the frontiers which surround this discussion, which is fiery in both areas, considering frontiers not as the finishing point for something, but as the starting point in which something becomes present. We understand that the frontier between these areas is currently very tenuous, without a defined limit, a fact that also comes from the mobility of meaning of terms such as truth, fact,

¹ Doutorado em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus Araraquara, Brasil; professora adjunta III da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

² Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.



fiction. It's not about considering both the same with no contest, but to recognize the possibility of a dialog that does not neglect the epistemological views of one or the other.

Keywords: history, fiction, post-modern poetics.

Resumen

La relación entre literatura e historia se remonta a Platón y Aristóteles. En la actualidad, las discusiones sobre las relaciones entre arte y ciencia, hechos y ficción, verdad y verosimilitud, realidad y ficcionalidad no han sido abandonadas. En estas oposiciones se basa actualmente el debate entre literatura e historia, que es un punto relevante para cualquier poética de la postmodernidad. En este ensayo, buscamos discutir las posibles relaciones entre la ficción y la historia y los límites que rodean esta discusión, haciendo hincapié en ambas áreas y considerando los límites no como el punto en el que termina algo, sino como el punto de partida desde el cual algo comienza a hacerse presente. Entendemos que el límite entre ellos es actualmente muy endeble, sin límite definido, también debido a la movilidad de términos como verdad, hecho, ficción. No se trata de tomarse unos a otros incuestionablemente, sino de reconocer la posibilidad de un diálogo que no descuide las posturas epistemológicas de uno u otro.

Palabras-clave: historia, ficción, poética de la posmodernidad.

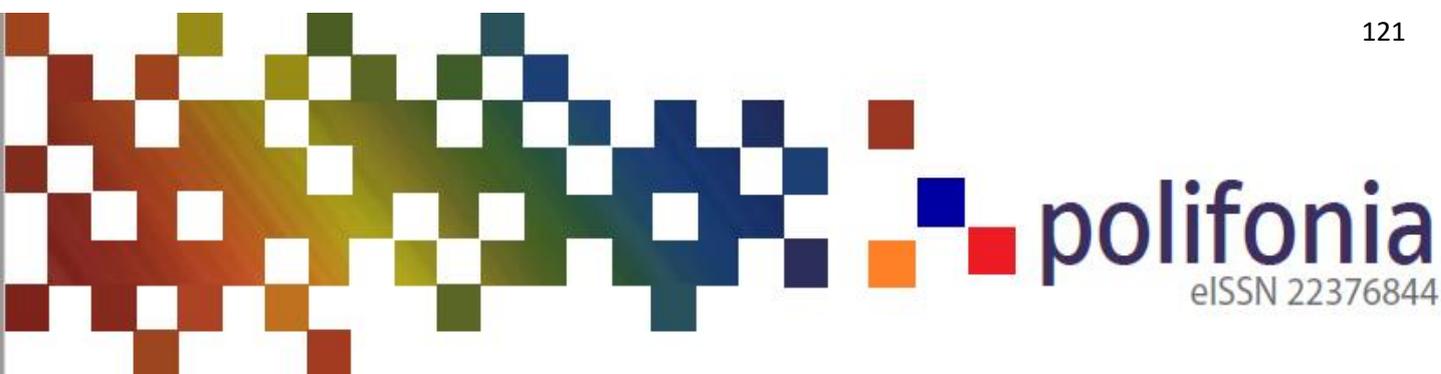
INTRODUÇÃO

Não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado; a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma.

Hayden White

Na busca de uma melhor sistematização de ideias e de movimentos em torno do conceito de pós-modernidade, há quem defina o atual momento como passagem de um paradigma – o da modernidade – para outro. Mas, conforme questiona Hissa (2002, p. 102) “como conceber o pós-moderno como paradigma quando nele nada parece ser exclusão e tudo parece ser sugado por seu movimento?”.

Polissêmico, o termo pós-moderno carrega consigo a impossibilidade de se chegar a algum tipo de consenso a seu respeito, denunciando seus pluralismos e suas muitas (in)definições. Não há apenas um ângulo pelo qual se possa apreender o pós-moderno. Alguns críticos o remontam à década de 1950, aplicando-o à arquitetura e, depois, à literatura e à pintura; já outros o estendem a toda a esfera cultural, aí incluídas as ciências e a filosofia.

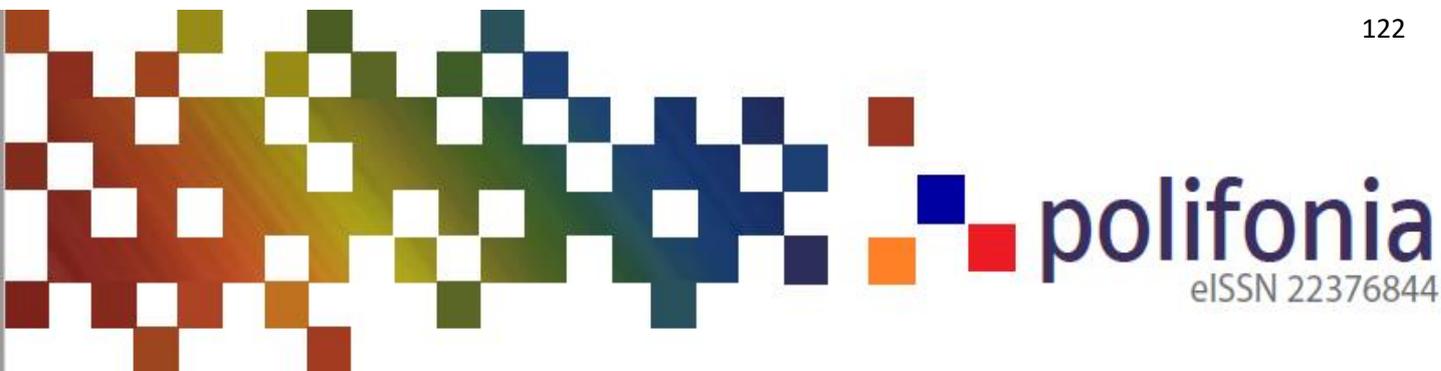


“Uns veem o pós-moderno como um salto para o futuro; outros, porém, enxergam nele uma fuga em direção ao passado” (MADEIRA, 2013, p. 94). Fato é que não se pode apreender o pós-moderno a partir de um único ângulo ou elemento específico e definidor desse fenômeno, haja vista a multiplicidade de aspectos da vida contemporânea que se apresenta como pluridimensional.

De todo modo, o pós-moderno é um termo penetrado demais no imaginário cultural da sociedade ocidental contemporânea para ser banalizado. No mínimo, a pós-modernidade deve ser refletida como um fenômeno revelador da sensibilidade atual, distinta daquela que vigorou do final do século XIX até a segunda metade do século passado. Momento em que, das mudanças na história do pensamento e da técnica, decorreram alterações na forma de se pensar a sociedade, a cultura e a arte, resultando, por sua vez, mudanças nas formas de representar o real. “A uma realidade fragmentária, caótica e extremamente efêmera, impôs-se uma representação igualmente incompreensível, ambígua e inconstante” (ROSENTHAL, 1975, p. 19).

Para Linda Hutcheon (1991), ainda que, em geral, pós-moderno como termo tenha sido vinculado à segunda metade do século XX, não deve ser usado como sinônimo de contemporâneo. A crítica canadense identifica o fenômeno como algo “fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político” (HUTCHEON, 1991, p. 20). Dessa identificação, a autora aponta para uma de suas principais preocupações: a problematização da história pelo pós-modernismo. Ainda que não a-histórico ou desistoricizado, o pós-moderno questionaria os pressupostos do que entendemos por conhecimento histórico. E como estratégia de representação, aproxima a literatura desse mesmo discurso histórico.

Neste sentido, este artigo busca compreender as relações possíveis entre ficção e história e as fronteiras que cercam esta discussão, candente nas duas áreas. Vale lembrar que não consideramos fronteira como o ponto onde algo termina, mas como o ponto de partida do qual algo começa a fazer-se presente. Entendemos que a fronteira entre elas é, na atualidade, muito tênue, sem limite definido.



A relação entre literatura e história é uma questão relevante a qualquer poética do pós-modernismo. Entretanto, a despeito da contemporaneidade que o envolve, este é um debate que remonta a Platão e Aristóteles.

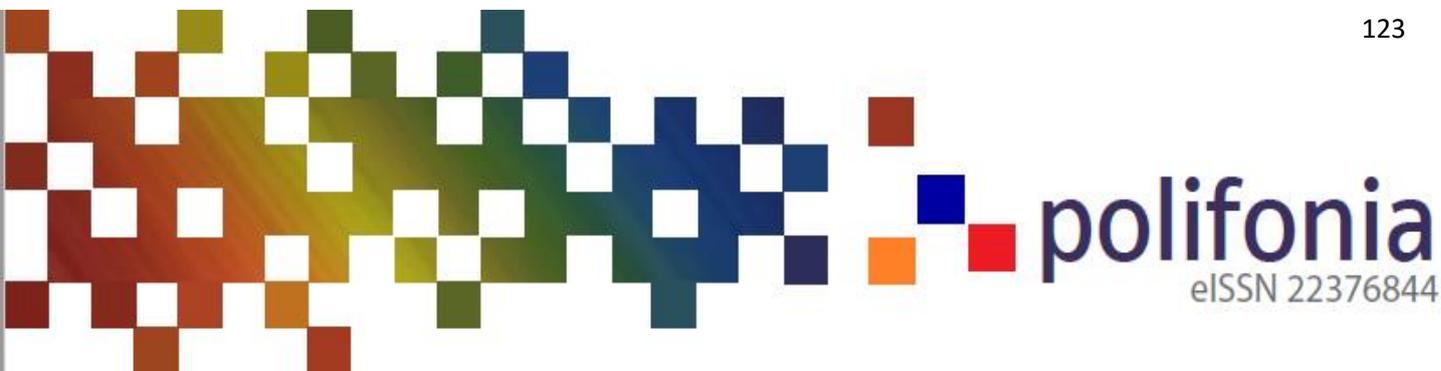
Rejeitando a mímese, Platão superpunha a história à poesia, vista por ele como imitação da imitação. No livro X da *República*, ele expressa sua condenação a toda forma de poesia mimética: “todas essas obras me parecem causar dano à mente dos que a ouvem quando não têm como antídoto o conhecimento de sua verdadeira índole” (PLATÃO, 1996, p. 217). No sentido em que se encontra no texto de Platão, o termo imitar surge como sinônimo de fingir, tendo por objetivo produzir um logro, um engano, uma mentira. Logo, a arte e a poesia são condenadas pelo filósofo por produzirem impressões falsas.

Para Aristóteles (1992), por ser uma realidade ela própria, a obra de arte poderia ser mais importante do que a própria história. Em *A Poética* (1992, p. 52), o filósofo fala que “a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular”. Enquanto o historiador somente poderia falar sobre o que aconteceu, o poeta falaria do devir e, assim, poderia lidar mais com os elementos universais.

Tal a importância do argumento aristotélico que acabou por ser tomado como uma teoria da ficção, na medida em que a ficção teria o poder de revelar o ilusório do mundo. Ao alcançar o universal, pela mediação do particular, a ficção permitiria desvendar as aparências: “é preferível o impossível que é verossímil ao possível que é incrível” (ARISTÓTELES, 1992, p. 79).

Ao longo do tempo, a discussão sobre a relação entre arte e ciência, fato e ficção, verdade e verossimilhança, realidade e ficcionalidade que se impôs desde os gregos não foi abandonada. Sobre essas oposições é que se assenta na atualidade o debate entre literatura e história, “seja para apagar suas fronteiras ou proclamar a impossibilidade de distingui-las” (COSSON; SCHWANTES, 2005, p. 30).

É muito comum, na lida com a narrativa ficcional, levarmos em conta sua carga subjetiva. No entanto, também a narrativa histórica não se exime dessa subjetividade, uma vez

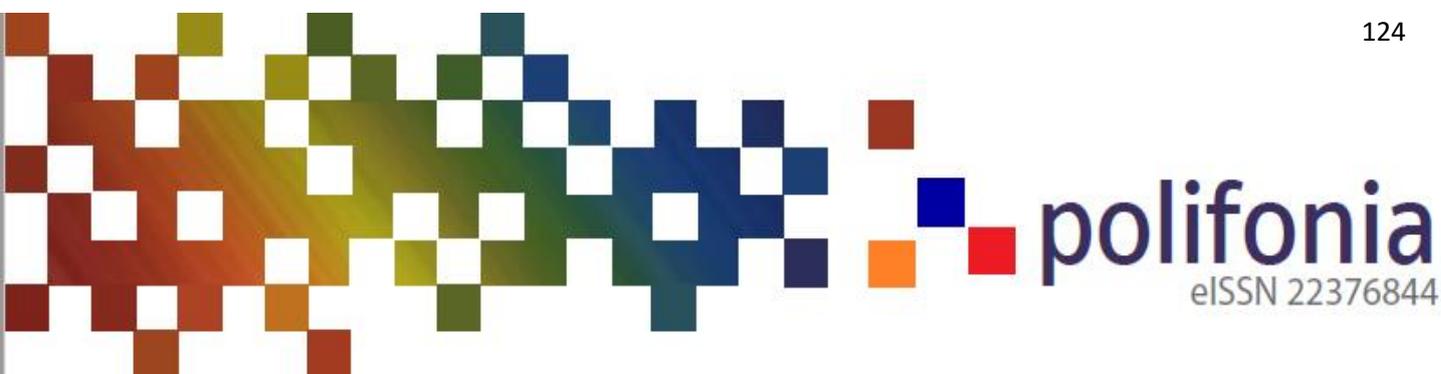


que o historiador, ao escrever a história terá seu trabalho condicionado tanto pelo nível de conhecimento então existente, como pelos interesses que ele possa estar defendendo, mesmo que inconscientemente.

Nesse sentido, continua pertinente a reflexão de Barthes (1970) acerca do processo de enunciação indicado no discurso do historiador. Valendo-se de um instrumental linguístico, e partindo de discursos de historiadores clássicos, o teórico pressupõe que qualquer ordenação em um discurso é significativa. A análise de Barthes revela os dois níveis do discurso histórico: o das significações que o historiador atribui, voluntariamente, ao fato narrado e o das significações perceptíveis por meio da temática ou da estrutura da narrativa, que revela de forma implícita uma determinada visão de história. Portanto, o discurso histórico é ideológico pelas ideias que defende e também pela sua própria estrutura. Perceber isso é desconfiar da noção do fato histórico, uma vez que os fatos não existem por si, surgem do sentido que lhes é atribuído, do recorte que o historiador faz no real ao expressá-lo linguisticamente.

O questionamento sobre o fato histórico, tão caro à história positivista, e o declínio da narração contínua e causal no discurso marcam uma nova forma de pensar a história ao longo do século XX. A narrativa linear perde força porque o que importa não é o real, mas o inteligível, ou seja, as formas de compreender e expressar esse real. Nessa nova perspectiva, são questionados também princípios de verdade, teleologia e objetividade. Em troca, foram abertamente aceitas concepções de produção de saber que lidam com elementos como verossimilhança, parcialidade, relatividade e subjetividade.

Em seu ofício, o historiador não lida com fatos completos e sim com fragmentos. A história não é recuperada na sua totalidade, mas a partir do caco, do fragmento, conforme Walter Benjamin (*apud* LOWY, 2005) em uma de suas teses intempestivas. Para juntar esses fragmentos, a fim de formar um todo significativo, o historiador “inventa” parte dos fatos, ou seja, interpreta esses fatos. Ocorre que, nessa tarefa interpretativa, o historiador se coloca diante da necessidade de adotar determinados procedimentos estéticos relativos à forma da narrativa que está escrevendo, o que significa selecionar, entre os modos existentes de se narrar, o mais adequado ao material com o qual está trabalhando. É essa prática de urdidura



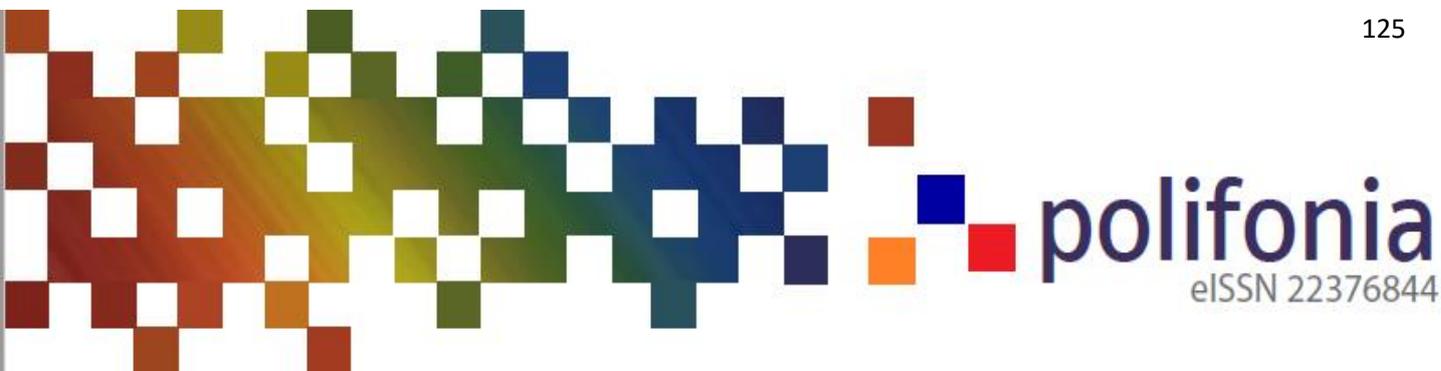
do enredo (WHITE, 2014) que permite a superação da mera crônica (relato cronológico dos acontecimentos) em direção à História propriamente dita. Para White (2014, p. 102),

o modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular, “trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção.

Para White (2014), a história está inserida em uma categoria de escrita classificada como “discursiva” em que é recorrente a presença do elemento ficcional. É importante destacar que o historiador, ao narrar um acontecimento, está emitindo uma explicação sobre esse acontecimento, uma explicação que não se finda nos próprios documentos que toma como análise, mas que é também criada a partir dos paradigmas interpretativos tanto teórico-científicos quanto estético-literários. Nesse sentido, “a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos” (WHITE, 2014, p. 105).

O uso do termo criação/invenção pelos historiadores, indicando uma postura de aproximação com a ficção (uma vez que se remete a uma dimensão inventiva das práticas humanas), implica a preocupação na atualidade com a questão da escrita da história, de como essa escrita participa da própria elaboração do fato, da dimensão ficcional, inventiva do discurso do historiador.

Na esteira de White (1994), muitos historiadores defendem que a narrativa é quem constrói o objeto histórico, ela é o modo pelo qual o discurso historiográfico se constitui como coerente para que determinadas bases fatuais sejam legitimadas. Talvez o que estabeleça uma diferença entre o exercício do historiador e o do escritor, é que o primeiro se encontra limitado pela busca incessante da realidade, mesmo sendo ela impossível de ser alcançada em sua plenitude. Já o escritor, nada o impede, ele habita o mundo das possibilidades, do devir. Neste mundo, o escritor mistura em sua obra tanto elementos reais quanto os resultantes de



seu imaginário. O historiador trata do que aconteceu e o escritor não só do que aconteceu como também do que poderia ter acontecido. O historiador tem o discurso limitado pelas fontes; já o limite do escritor é até onde puder ir a sua imaginação. Logo, lidar com narrativas, histórica ou ficcional, implica lidar com interpretações e, ainda, com as atribuições de sentido nessas interpretações.

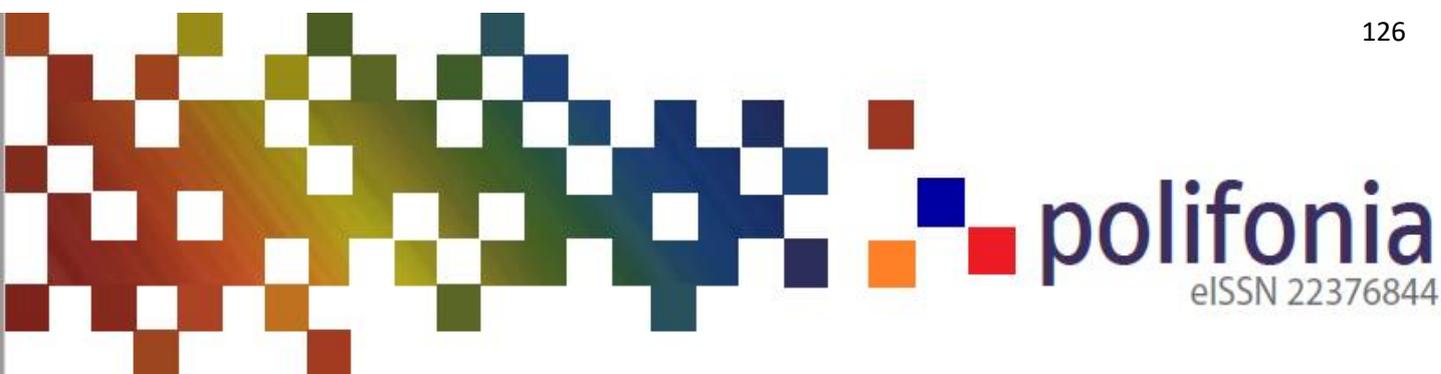
O debate sobre a relação história e literatura implica ainda a discussão do próprio estatuto do saber histórico, do seu caráter científico ou não. Toda a questão da verdade em história é impactada por essa discussão, na medida em que, inevitavelmente, problematiza a distinção entre fato e ficção.

Pesavento (2006) aponta para o fato de que a história possui um grau de ficção tanto quanto a literatura de veracidade:

a história inventa o mundo dentro de um horizonte de aproximação com a realidade, e a distância temporal entre a escritura da história e o objeto da narrativa potencializa essa ficção”, ou seja, quando o historiador escreve a história, é aberto um “abismo temporal entre ele que escreve (no presente) e seu objeto de estudo (no passado) [...]. Na impossibilidade de se chegar ao passado, o historiador o reinventa através do seu entendimento e das leituras das fontes, o que deixa claro que faz uso – queira ou não – da ficção. (PESAVENTO, 2006, p. 10).

Entretanto, se o historiador reinventa o passado, esta é uma ficção controlada, que se dá, em primeiro lugar, pela sua tarefa no âmbito do arquivo, no trato das fontes; em segundo lugar, há um condicionamento a essa liberdade imposta pelo compromisso do historiador em relação ao seu ofício: empenhar-se em atingir uma verdade possível, e esse desejo de verdade impõe limites à criação. Por fim, a ficção na história é controlada pelas estratégias de argumentação e pelos rigores do método – testagem, comparação e cruzamento –, na sua busca de reconstituir o passado. Sua versão do passado, diz Pesavento (2006, p. 19), “deve, hipoteticamente, poder comprovar-se e ser submetida à testagem, pela exibição das fontes, bibliografia, citações e notas de rodapé”.

É importante ressaltar que, na relação entre literatura e história, não se trata de tomar uma pela outra, separá-las ou conciliá-las de forma incontestada, mas reconhecer a possibilidade

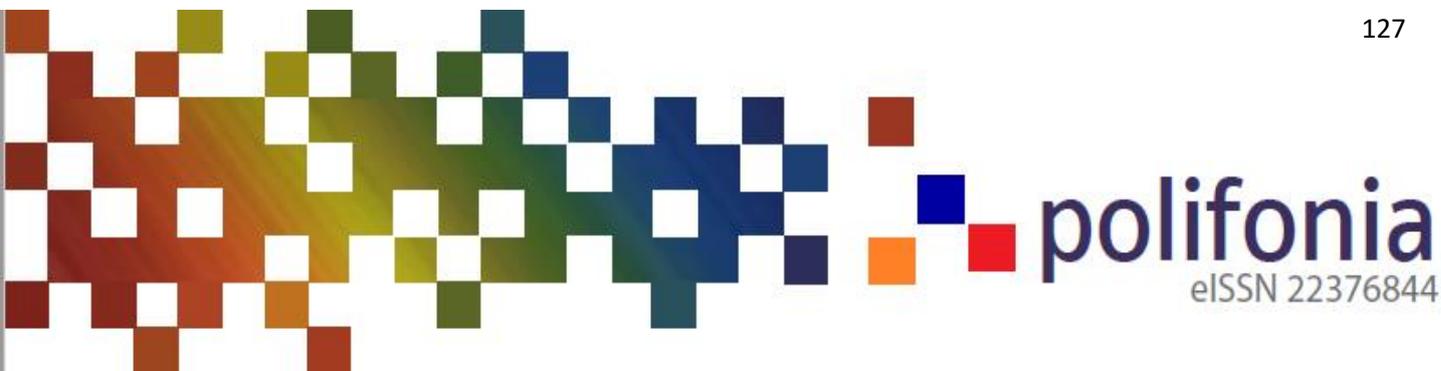


de um diálogo entre elas. Um diálogo que não negligencia as posturas epistemológicas de uma ou de outra. Ainda que aproximadas num mesmo patamar, deve-se levar em conta a existência de diferenciais entre Clío e Calíope. O redimensionamento dessa relação deve partir do entendimento de que tanto a história quanto a ficção se configuram como discursos que falam do real; ambos constituem sistemas de significação pelo qual atribuímos sentido ao passado (HUTCHEON, 1991). Logo, na contemporaneidade, ambas “partilham a mesma postura de questionamento com relação ao uso comum que dão às convenções narrativas, à referência, à inserção da subjetividade, a sua identidade como textualidade e até seu envolvimento na ideologia” (HUTCHEON, 1991, p. 142).

As recentes leituras críticas, que têm se concentrado no que história e ficção apresentam em comum, requerem a reflexão de que tanto história quanto ficção são termos históricos e suas definições e suas interrelações são determinadas historicamente e variam ao longo do tempo (HUTCHEON, 1991). Evidente que a historicização desses conceitos revela tensões e ambiguidades entre os campos de conhecimento, eterno espaço de luta por legitimidades, distinções, consagrações e construção de hegemonias.

O estatuto da verdade, tão caro à historiografia positivista, por exemplo, é algo problematizado na pós-modernidade. A historiografia atual tem outra concepção de fontes e documentos, que deixam de ser tidos/vistos como portadores de evidências de verdades absolutas, visto que todos os pontos de vista são equivalentes e a verdade sempre nos escapará, “atingiremos muitas verdades, mas elas serão sempre parciais” (VEYNE, 1988, p. 39).

Compreende-se, hoje, o ficcional e o histórico como discursos e como tal não são verdades, mas reconstruções válidas e explicativas de uma dada realidade. São as irregularidades que definem o discurso e suas muitas redes discursivas possíveis na cultura (FOUCAULT, 2014). Para a história, a teoria e a arte pós-modernas, essa compreensão significa uma nova consideração sobre o contexto, a textualidade, o poder de totalização e os modelos de história contínua. Não à toa, Hutcheon (1991) considera a obra histórico-filosófica de Michel Foucault a referência maior da teoria da história contemporânea. Ao dar

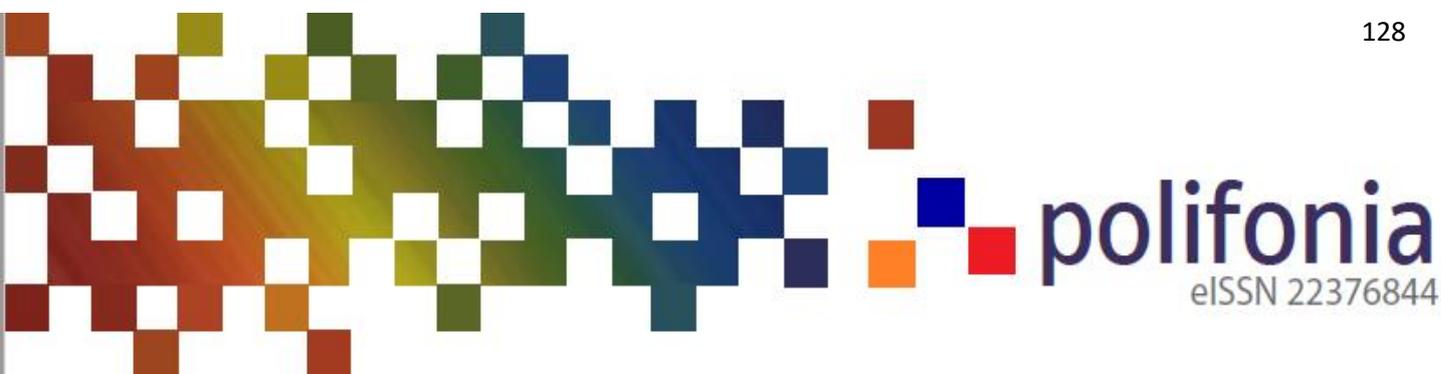


ênfase à descontinuidade, ao recusar o racionalismo, o evolucionismo, o filósofo francês propôs uma filosofia original da história – a história genealógica não estrutura a matéria por séculos, povos, civilizações, mas por “práticas”. Assim, aprendemos com ele que o social é um campo de forças, de práticas, discursos e instituições em que se têm diversos focos de poder e resistência e que as intrigas narradas pelos historiadores são as das práticas em que se criam verdades e das lutas em torno delas. A questão da verdade fica, assim, neutralizada: a verdade é uma configuração discursiva histórica e Foucault (2014) examina o seu modo de produção, estabelecendo as condições de existência dos saberes e não as condições de verdade.

Nenhum texto, seja ficcional ou histórico, mantém uma relação transparente com a realidade que apreende; como texto é um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e apreciação, regras de funcionamento que remetem às condições de produção desses textos.

Conforme o exposto, a tradicional separação entre o literário e o histórico é contestada na teoria e na arte pós-modernas. Recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais no que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. História e literatura são vistas como constructos linguísticos, nada transparentes em termos de linguagem e estrutura; lidam com a verossimilhança e não com verdades; são igualmente intertextuais.

Como narrativas explicativas do real, história e ficção constituem sistemas de significação pelos quais atribuímos sentido ao passado. O sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses acontecimentos passados em fatos históricos presentes (HUTCHEON, 1991, p. 123). E para construir a sua representação do passado, a partir de fontes ou rastros, o caminho do historiador é montado a partir de estratégias que se aproximam das dos escritores de ficção: escolhas, seleções, organização de tramas, decifração de enredos, seleção e uso de palavras e conceitos (PESAVENTO, 2006, p. 18).



Se a escrita da história contém ingredientes próprios à ficção, ela resguarda alguns requisitos, dentre eles o de que tudo tenha acontecido, condição última da realização da história. Historiadores não criam situações ou fatos e personagens, estes são descobertos, mas não criados no sentido absoluto.

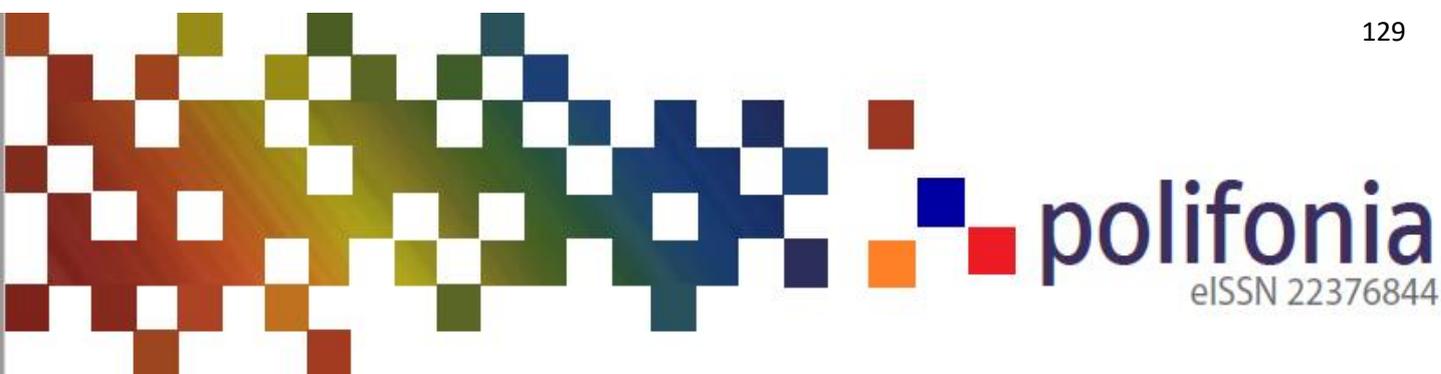
O segredo semântico da aproximação dos discursos se encerra neste tempo verbal: “teria acontecido”. O historiador se aproxima do real passado, recuperando com seu texto que recolhe, cruza e compõe, evidências e provas, na busca da verdade daquilo que foi um dia. Mas sua tarefa é sempre a de representação daquela temporalidade passada. (PESAVENTO, 2006, p. 19).

Mas o historiador também constrói uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa. Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço da imaginação.

Essa nova maneira de encarar a história expõe o relativo das perspectivas e revela que o discurso do historiador não é neutro, por supor um autor implícito a ordená-lo e um narrador com determinados ângulos de visão no enfoque dos fatos que ele recorta e conta. Uma nova história contemporânea de uma ficção que também cansou de fingir-se neutra e resolve também assumir o relativo e o subjetivo do contar. Uma ficção que questiona o seu processo de construção (metaficção) e a referência histórica (historiográfica), utilizando-se de intertextos literários e históricos.

E não havendo distinção entre os discursos narrativos, na ficção pós-moderna, os pontos de vista múltiplos decorrem da consciência sobre a dificuldade de trabalhar com vários significados, além de uma busca pela reconstrução do passado sob uma nova perspectiva.

Essa nova forma de romance tem como interesse, também, a natureza dos fatos narrados. Os fatos por si só não traduzem o que existiu no passado, eles sempre aparecem permeados por um ponto de vista, um ângulo de visão, ou seja, tornam-se fatos os acontecimentos que são interpretados e escolhidos para serem narrados (HUTCHEON, 1991).



Nenhuma forma de representação pode separar os fatos dos atos de interpretação e narração que os constitui, porque os fatos são criados em e por meio desses atos.

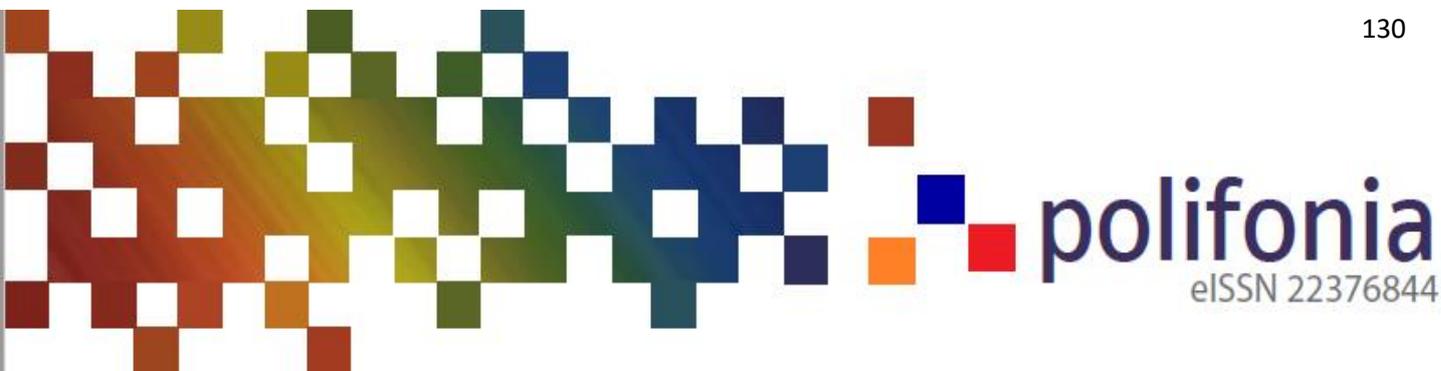
Sendo os limites entre o histórico e o ficcional flutuantes, os romances pós-modernos tendem a desestabilizá-los, desmarginalizando o literário a partir do confronto com o histórico, o que problematiza a possibilidade de conhecer o passado por este se apresentar ambíguo, dependendo das interpretações subjetivas dos historiadores.

Nos romances pós-modernos, o discurso histórico e o literário interagem, completando-se e excluindo-se ao mesmo tempo, sem que um descarte o outro totalmente. “Esses romances instalam, e depois indefinem, a linha de separação entre história e ficção” (HUTCHEON, 1991, p. 150).

Esse novo tipo de escrita, que a Hutcheon (1991) nomeia “metaficção historiográfica”, ao contrário dos romances históricos tradicionais, reconhece as diferenças entre as essas duas formas narrativas. A metaficção historiográfica é, pois, um gênero híbrido, que se vale de dois artifícios narrativos conscientemente: o literário e o histórico, ludibriando a cada instante o leitor que fica em dúvida se o texto romanesco tem o poder de apresentar uma nova versão da história que seja válida.

Nesse ponto do texto, já é possível perceber que a pós-modernidade não recusa a história, ela a problematiza; não nega o conhecimento histórico, mas produz uma redefinição da sua representação para a sociedade. Ela dá à história a mesma função que dá à literatura: a de atribuir sentido ao passado.

O vínculo entre presente e passado é, sem dúvida, uma das contradições de representação colocadas tanto para a história quanto para a ficção. Sabemos que tanto o historiador quanto o literato, e até mesmos o leitor, possui uma capacidade limitada de compreender o passado. Lidamos com retalhos do passado, com sobras dos arquivos, com materiais também já pré-selecionados para se tornarem documentos a partir de uma determinada concepção de história de determinada época e contexto. De certa forma, trabalhamos com fragmentos, com aquilo que restou como recorte do passado, mas que, como uma ponte, é possibilidade de reconstrução de uma determinada realidade. A metaficção

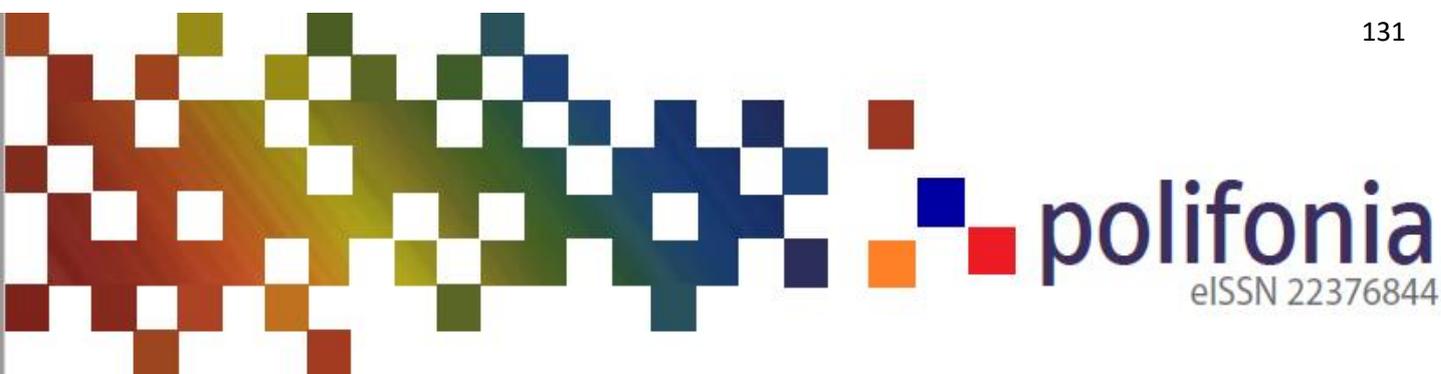


historiográfica admite esse passado que realmente existiu, mas que existe apenas agora, para nós, como traços do presente. Um passado abordado no presente como já semiotizado, textualizado e auto-interpretativo (HUTCHEON, 1991).

A ficção pós-moderna transgride os limites entre o passado e o presente, o fictício e o factual e as visões tradicionais de história. Entretanto, as contradições resultantes dessa operação nunca se resolvem, solicitando do leitor um constante exercício de reflexão. Além de seu cunho literário, essa ficção constitui-se em mais uma possibilidade de reavaliação de um fato histórico. Nessa forma de narrativa tudo pode e deve ser questionado. A metaficção historiográfica não explica, mostra ou fornece respostas prontas; ela subverte, questiona, problematiza tudo aquilo que os romances históricos tradicionais e o senso comum davam como certo e já estabelecido. Sugerem, assim, um repensar global das representações pelas quais entendemos o nosso mundo abarcando as discursividades literária e historiográfica e mostrando como as duas estão em diálogo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- BARTHES, R. El discurso de la historia. In: **Estructuralismo y literatura**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970.
- COSSON, R.; SCHWANTES, C. Romance histórico: as ficções da história. **Itinerários: revista de literatura**, Araraquara, n. 23. 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2804>. Acesso em: 6 jul. 2019.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- HISSAN, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 306 p.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.



LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MADEIRA, C. E. L. Entre a literatura e a história: a narrativa pós-moderna em José Saramago. **Escritos**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 7, 2013. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero07/artigo03.php>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PESAVENTO, S. J.. História e Literatura: uma velha nova história. In: COSTA, C. B.; MACHADO, M. C. T. (org.). **História & Literatura**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

PLATÃO. **Diálogos III**: República. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ROSENTHAL, E. T. **O universo fragmentário**. São Paulo: Nacional, 1975.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a História. Brasília: Editora da UNB, 1988.

WHITE, H. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.